

ANEXO I - Critérios de seleção e metodologia de avaliação

Eixo Prioritário 4 – Qualidade Ambiental

Regulamento Específico do Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

Referencial de Avaliação do Mérito das Operações - PROTEÇÃO CONTRA RISCOS DE INCÊNDIOS

Critérios		Referencial de pontuação	METODOLOGIA DE ANÁLISE/AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO
A	A. Eficiência e Sustentabilidade Peso 35%		Avalia a operação na perspetiva da racionalidade na alocação dos recursos financeiros disponíveis, privilegiando investimentos em áreas deficitárias e avaliando a oportunidade da sua realização, em relação à implementação de medidas que assegurem a sua sustentabilidade (temporal, ambiental, económica, financeira)
	Qualidade geral da operação (Peso 5 %)		Avalia a fundamentação e pertinência dos objetivos a atingir conjugada com a coerência e razoabilidade da estrutura de custos e o caráter inovador das soluções propostas, nomeadamente no âmbito da sustentabilidade;
	<i>Elevado (...)</i>	5	Objetivos ambiciosos bem formulados e fundamentados, com coerência e caráter inovador e sustentável das soluções/intervenções propostas e excelente adequação do orçamento apresentado aos objetivos do projeto.
	<i>Médio (...)</i>	3	Objetivos bem formulados, com coerência das soluções/intervenções propostas e e adequação do orçamento apresentado à natureza e abrangência das ações a desenvolver.
A.1	<i>Reduzido (...)</i>	1	Fraca enunciação de objetivos e reduzida adequação do orçamento apresentado, aos objetivos do projeto, e à estrutura e natureza das ações a desenvolver.
	Valia ambiental da operação (Peso 30 %)		A valia ambiental da operação avalia a) A valorização dos recursos naturais e dos serviços dos ecossistemas (minimização de riscos naturais, incluindo a adaptação e mitigação das alterações climáticas, o combate à desertificação, o reforço da segurança dos territórios no que respeita ao risco de incêndio e socorro das populações) b) A comunicação, informação e sensibilização associadas à proteção contra riscos de incêndios e socorro das populações
	<i>Elevado (...)</i>	5	Operação com caráter inovador desenvolvida de modo estruturado, programado e direcionado, tendente à valorização dos recursos naturais e dos serviços e ecossistemas, bem como à consciencialização das populações para o risco de incêndios e medidas de socorro
	<i>Médio (...)</i>	3	Operação sem caráter inovador, mas desenvolvida de modo estruturado, programado e direcionado, tendente à valorização dos recursos naturais e dos serviços e ecossistemas, bem como à consciencialização das populações para o risco de incêndios e medidas de socorro
A.2	<i>Reduzido (...)</i>	1	Operação sem caráter inovador e pouco estruturada, programada e direcionada, sem que seja previsível que a sua realização resulte na valorização dos recursos naturais e dos serviços e ecossistemas, nem promova a consciencialização das populações para o risco de incêndios e medidas de socorro
	B. Adequação à Estratégia Peso 5 %		Nos casos aplicáveis, mede o contributo da operação para os objetivos previstos nos documentos estratégicos da política territorial (nacional ou regional ou local) e setorial relevantes
	Contributo para os objetivos previstos nos documentos estratégicos da política territorial (nacional ou regional ou local) e setorial relevantes (Peso 5 %)		A definição das políticas relativas à salvaguarda e valorização do património natural envolve os organismos da administração central, regional e local e materializa-se nos correspondentes instrumentos de gestão e planeamento territorial. Assim, cada uma das operações terá objetivos explanados em documentos estratégicos como: Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios; Planos Regionais de Ordenamento Florestal; Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndio (Cfr. determinam DL 124/2006, de 28 de junho na redação atual publicada pelo DL 14/2019, de 21 janeiro); Planos Específicos de Intervenção Florestal (PEIF); o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território; a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (RCM n.º 45/2015, de 7 de julho); o Plano Setorial da Rede Natura 2000; os Planos de Ação e execução dos Instrumentos de Gestão Territorial; ou Planos de Ação e Execução de natureza voluntária
	<i>Elevado (...)</i>	5	É demonstrado o contributo para os objetivos previstos em mais do que um documento estratégico da política territorial (nacional ou regional ou local) e setorial relevante
B	<i>Médio (...)</i>	3	É demonstrado o contributo para os objetivos previstos em apenas um documento estratégico da política territorial (nacional ou regional ou local) e setorial relevante
	<i>Reduzido (...)</i>	1	Não é demonstrado o contributo para os objetivos previstos nos documentos estratégicos da política territorial (nacional ou regional ou local) e setorial relevantes
	B.2		
	<i>Elevado (...)</i>	5	
	<i>Médio (...)</i>	3	
	<i>Reduzido (...)</i>	1	

ANEXO I - Critérios de seleção e metodologia de avaliação

Eixo Prioritário 4 – Qualidade Ambiental

Regulamento Específico do Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

Referencial de Avaliação do Mérito das Operações - PROTEÇÃO CONTRA RISCOS DE INCÊNDIOS

C		C. Eficácia	Peso 15 %	Mede, sempre que possível, o contributo da operação para as metas dos indicadores definidos para a Prioridade de Investimento e Objetivo(s) Específico(s) onde a operação se insere e/ou para outros resultados a que se propõe
C.1	Contributo para os indicadores de resultado definidos para a Prioridade de Investimento no POR respetivo (Peso 15 %)			Avalia a candidatura apresentada em termos do seu contributo para os indicadores identificados no aviso, e a quantificação prevista na memória descritiva apresentada em sede de candidatura. A ponderação mais elevada contemplará os projetos com "Área de cobertura de zonas de elevada perigosidade"
		Elevado (...)	5	Vários indicadores de realização e de resultado com valor relevante, considerando-se o valor relevante da "Área de cobertura de zonas de elevada perigosidade"
		Médio (...)	3	Mais do que um indicador de realização e um de resultado identificados e quantificados
		Reduzido (...)	1	Apenas um indicador de realização e um de resultado identificado e quantificado
D		D. Abordagem Integrada	Peso 45 %	Avalia a operação na perspetiva do seu efeito aglutinador, quer no que respeita às complementaridades com outras ações já financiadas por instrumentos/programas nacionais ou comunitários, introduzindo um fator de escala e de ampliação de efeitos dessas ações, às parcerias com terceiros que promovam sinergias e ainda à abrangência territorial que potencie os efeitos da operação.
D.1	Grau de complementaridade com outras intervenções (nomeadamente, na área da regeneração urbana ou na área de preservação e valorização do património natural e cultural) ou com ações cofinanciadas por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários (Peso 10 %)			Tendo em vista o financiamento coordenado e complementar aos apoios no âmbito do PO SEUR, já financiados ou a ser financiados, é fundamental entender a sequência e a estratégia subjacente a cada operação e à sua relação com outras já executadas ou em fase de execução
		Elevado (...)	5	Existência de evidência quanto ao grau de complementaridade com outras intervenções e/ou ações já cofinanciadas no âmbito do PO SEUR, ou por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários, com incidência na região, revelando a existência de uma estratégia já implementada
		Médio (...)	3	Existência de evidência quanto ao grau de complementaridade com outras intervenções e/ou ações a cofinanciar no âmbito do PO SEUR, ou por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários, com incidência na região
		Reduzido (...)	1	Inexistência de evidência quanto ao grau de complementaridade com outras intervenções ou ações no âmbito do PO SEUR
D.5	Localização ou relação com uma Área Classificada [localização em área classificada; relacionado com área classificada; outra situação] (Peso 10 %)			Áreas Classificadas estabelecidas na alínea a) do ponto 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015 de 15 de outubro, ou seja em: i) Áreas protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP); ii) Sítios da lista nacional de sítios e zonas de proteção especial integrados na Rede Natura 2000; iii) As demais áreas classificadas;
		Elevado (...)	5	Intervenção localizada numa Área Protegida integrada na RNAP e/ou na Rede Natura 2000
		Médio (...)	3	Intervenção localizada nas demais áreas classificadas ou com relação com as demais áreas classificadas
		Reduzido (...)	1	Intervenção localizada em área não classificada e sem relação com área classificada
D.8	População residente diretamente beneficiada com a intervenção (Peso 25 %)			Avalia a % de população beneficiada com a realização da operação relativamente à população residente (fonte INE) da(s) freguesia(s) do território abrangido pela intervenção
		Elevado (...)	5	Candidatura que beneficie pelo menos 60% das freguesias do seu território
		Médio (...)	3	Candidatura que beneficie de 10% a 60% das freguesias do seu território
		Reduzido (...)	1	Candidatura que beneficie menos de 10% das freguesias existentes do seu território
MO = 0,05xA.1+0,30xA.2+0,05xB.2+0,15xC1+0,10x(D.1+D.5)+0,25xD.8)				